



ENTREVISTA

UMA HISTORIADORA DO TEMPO PRESENTE: ENTREVISTA COM MARIA HELENA ROLIM CAPELATO

Josineide da Silva Bezerra¹
Regina Maria Rodrigues Behar²
Tiago Bernardon de Oliveira³

A Professora Maria Helena Capelato é uma das principais referências da historiografia brasileira. Dedicada ao estudo da imprensa e da História da América, já esteve à frente da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC) e é a atual presidenta da Associação Nacional de História (ANPUH). Em 17 de julho de 2016, na capital paraibana, véspera de sua Conferência de Abertura do *XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB “História: Conhecimento e Profissão”*, ela concedeu uma entrevista à revista *Sæculum*, em que abordou sua trajetória profissional e os desafios a serem enfrentados pelos historiadores brasileiros na atual conjuntura política do país⁴.



Sæculum: Primeiramente, bom dia a todos/as. Estamos aqui, dia 17 de julho de 2016, com Maria Helena Rolim Capelato, professora de História da América Latina na Universidade de São Paulo e Presidente da ANPUH Brasil. Agradecemos à professora Maria Helena pela disponibilidade e pela gentileza em nos conceder esta entrevista, que vai ser publicada na revista do Departamento de História e da Pós-Graduação em História da UFPB, a revista *Sæculum*. [RB]

Maria Helena Capelato: Bom dia a vocês e, em primeiro lugar, quero fazer menção a este local maravilhoso, com linda vista, que escolheram para a nossa conversa e quero agradecer muitíssimo a acolhida tão simpática, tão amável de vocês.

¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Departamento de Ciências Básicas e Sociais da Universidade Federal da Paraíba, Campus de Bananeiras. E-Mail: <prof.neide@uol.com.br>.

² Historiadora, Doutora em Comunicação e Artes pela Universidade de São Paulo. Professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. E-Mail: <rmrbehar@uol.com.br>.

³ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor Adjunto do Departamento de História, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História e Coordenador do Curso de Graduação de Licenciatura Plena em História (Programa Estudante Convênio – Movimentos Sociais do Campo/ PRONERA) da Universidade Federal da Paraíba. E-Mail: <tiagobernardon@gmail.com>.

⁴ A transcrição da entrevista coube a Letícia Helen Silva Teles, discente do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História da Universidade Federal da Paraíba. Os entrevistadores serão identificados, ao final de cada pergunta, por suas iniciais entre colchetes: [RB] – Regina Behar; [TB] – Tiago Bernardon; [JB] – Josineide Bezerra.

Agradeço também pela oportunidade da entrevista neste momento tão importante da História do Brasil sobre o qual farei algumas reflexões nesta nossa conversa.

Saeculum: Quando a *Saeculum* criou o espaço para as entrevistas, foi pensando em documentar um pouco da biografia dos grandes historiadores deste país – e realmente você está entre eles. A primeira questão que em geral nós colocamos para os nossos colegas é sobre a trajetória profissional deles. Como escolheu a profissão de historiador? Por quê? Quando? Quais influências? Enfim, um pouco desse início do percurso na profissão. [RB]

Maria Helena Capelato: A minha escolha pela área de História foi absolutamente surpreendente, porque quando eu cursava o ensino ginásial e colegial, eu detestava História. Meus professores eram lamentáveis: discorriam sobre fatos e datas e as aulas eram entediadas. Eu tinha um professor que era monarquista e se achava a própria encarnação de Dom Pedro I, fazia gestos e falas imitando o Proclamador da Independência. Nesse contexto, a História não me atraía em hipótese alguma.

Quando decidi cursar a universidade, a minha primeira opção era Ciências Sociais. Naquela época, ou mais precisamente em 1967, as Ciências Sociais atraíam os jovens, ou seja, estava na “moda”. Foi nesse ano que frequentei o “cursinho do Grêmio”, que tinha professores excelentes e, a maioria deles, bastante politizados. A maioria das aulas de História era excelente e foi nesse momento que me apaixonei pela matéria.

Descobrir a História foi uma coisa muito importante na minha vida, mas a escolha pelas Ciências Sociais permanecia. No entanto, a opção mudou bruscamente, ou seja, quando estava na fila de inscrição, sempre brinco que “o Espírito Santo me iluminou” (risos), e pensei: “Mas, por que não escolher História, se gosto tanto dessa matéria?”. Ou seja, foi uma decisão súbita da qual nunca me arrependi, pois, ao longo da graduação, quando fiz cursos de Sociologia e Antropologia, constatei que essas áreas do conhecimento não me atraíam. Talvez o caminho que eu seguiria se tivesse optado por Ciências Sociais seria o da Ciência Política.

Entre no curso de História da Universidade de São Paulo em 1968. Logo em seguida, fiz o mestrado, em parceria com Maria Lígia Prado, sob orientação do professor Carlos Guilherme Mota. Éramos grandes amigas desde o tempo da graduação, e assim permanece até os dias hoje. Mota sugeriu o tema – o *Jornal O Estado de S. Paulo (OESP)*. Eu tinha interesse pelo tema da imprensa, mas a dos anarquistas, porque participei da organização de um acervo documental com orientação da Professora Ana Maria Camargo e escolhi como trabalho final do curso os jornais anarquistas. No entanto, o orientador nos convenceu da importância do estudo da “grande imprensa”. Como durante o curso de graduação eu e Maria Lígia trabalhamos juntas em vários momentos, nos propusemos a continuar essa parceria na pesquisa do referido jornal. Decidimos que a divisão do trabalho seria feita por período: fiquei encarregada de pesquisar o jornal entre os anos de 1927 e 1932 e Maria Lígia, entre 1932 e 1937. Foi bem difícil justificar (risos) os cortes cronológicos, mas enfim... demos conta de encontrar uma justificativa plausível. A experiência foi muito interessante, porque, naquela época, a imprensa não era bem aceita como uma

fonte/objeto válido para o trabalho do historiador e, além disso, havia uma divisão temporal – tácita: a temporalidade do historiador ia até os anos 1920, e, dessa década em diante, a “reserva de mercado” era dos sociólogos, cientistas políticos, economistas.

Naquela época nem se cogitava sobre a possibilidade de se digitalizar os jornais e nem tirar xerox era permitido, então nossa pesquisa era feita a partir da leitura dos exemplares antigos, depositados no arquivo do “Bravo Matutino”, como o definiam seus proprietários. Íamos, diariamente, ao antigo prédio do jornal, onde líamos o periódico e copiávamos, em fichas, o conteúdo que considerávamos relevante para a proposta da pesquisa, ou seja, analisar a ideologia liberal veiculada por esse órgão de imprensa. Ao longo de todo esse trabalho, nos demos conta da importância de se estudar história da imprensa.

Para a realização do trabalho conseguimos uma bolsa da FAPESP, o que também foi uma novidade a concessão de financiamento para um trabalho conjunto na área de história no mesmo tema. Defendemos o mestrado no mesmo dia, com a mesma banca, eu primeiro e Ligia a seguir. A recepção da pesquisa foi um pouco conturbada, porque apresentamos uma perspectiva crítica à ideologia do jornal, demonstrando até mesmo que os liberais de OESP eram racistas. Lemos alguns editoriais que demonstravam um preconceito racial estereotipado. Quando foi publicado o livro *O Bravo Matutino*, até nosso orientador, Carlos Guilherme Mota, que frequentava o jornal, foi declarado *persona non grata* (risos) e eu fiquei para todo sempre numa lista negra da imprensa paulista.

Quando o livro veio a público, ocorreu um debate positivo, porque era o primeiro estudo da grande imprensa numa perspectiva de análise dos editoriais que expressavam o pensamento dos representantes do jornal. Já havia trabalhos sobre imprensa de autoria de Werneck Sodré e outros pesquisadores, que os utilizavam como fonte secundária de pesquisa. No nosso caso, tivemos que refletir sobre o papel de um grande jornal na vida do país, ou seja, como formador de opinião e como intervenção na vida política. A nossa grande questão era procurar entender o sentido mais profundo da ideologia liberal e como os representantes desse jornal a entendiam e divulgavam. A partir desse objetivo, tivemos que participar de uma discussão, muito importante naquele momento, que era a interpretação do liberalismo no Brasil como uma ideologia importada, “fora do lugar”, num país que mantinha as marcas da escravidão. Argumentamos que o liberalismo, ideologia que norteou a construção da nação norte-americana, conviveu durante mais de um século com a escravidão. Procuramos mostrar também que o liberalismo era uma ideologia criada para justificar o direito à propriedade e, portanto, somente aos proprietários cabia o direito de participar da política. Ao defender essa ideia, seguimos no caminho trilhado pela Professora Maria Sylvia de Carvalho Franco, que entrara nessa discussão com outros intelectuais desse período que, por sua vez, defendiam a tese oposta. A preocupação da autora era mostrar que o liberalismo é uma teoria que justifica a desigualdade social ao definir que o indivíduo “ser político” era o proprietário, restando aos trabalhadores apenas a propriedade do próprio corpo, no que se distinguiam do escravo. Foi o que procuramos mostrar ao analisar a ideologia que orientava as ideias expressas em OESP.

Defendi o mestrado e, alguns dias depois, me mudei para a França. Meu marido foi fazer o doutorado em Paris e a família o acompanhou. Minha adaptação foi muito difícil porque tinha dois filhos pequenos e não dominava a língua francesa, o que para os franceses era uma falha imperdoável. Um ano depois, fiz um Doctorat de 3ème cycle no *Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine* (Sorbonne Nouvelle) sob orientação do Prof. Frédéric Mauro e, no ano seguinte, iniciei um outro doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, com orientação de um professor muito interessante, George Haupt. O tema do doutorado era a imprensa anarquista brasileira e argentina, inspirada no trabalho que realizei no primeiro ano da graduação. Fiz uma ampla pesquisa desses jornais que estavam depositados num instituto de pesquisa em Amsterdam, o Instituto Internacional de História Social de Amsterdam, que continha uma documentação importante, oriunda de vários países da América Latina. Fotocopiei uma enorme quantidade de jornais anarquistas dos dois países.

Quando voltei para o Brasil com esse material e na intenção de finalizar a tese, constatei que essa documentação tinha sido digitalizada e depositada no *Arquivo Edgard Leuenroth*, na Unicamp, pouco antes da minha chegada. A documentação despertou grande interesse dos pesquisadores da Unicamp e vários alunos de pós-graduação já tinham definido como tema de pesquisa os jornais anarquistas. Fiquei muito decepcionada e, como a readaptação no Brasil também foi muito difícil, desisti do tema. No ano seguinte comecei um novo doutorado, novamente com orientação do Prof. Carlos Guilherme: optei por continuar a pesquisa sobre os jornais da “grande imprensa”, a partir de um leque bem maior, que envolvia outros jornais que circulavam no estado de São Paulo. Além de *OESP*, pesquisei a *Folha de S. Paulo*, *A Gazeta*, *Os Diários Associados* e alguns jornais menores, como *A Noite*. O objetivo foi analisar não só a ideologia exposta nesses jornais, mas também os embates políticos na “grande imprensa” paulista entre 1920 e 1945, ou seja, o período era bem mais amplo e envolvia a primeira fase da chamada Era Vargas. O período entre 1937 e 1945 me interessou muito e influenciou a minha pesquisa posterior.

Após o doutorado passei a me interessar, por influência da minha parceira e amiga Maria Ligia, pela história da América Latina. Decidi realizar uma pesquisa comparada da propaganda política nos regimes varguista e peronista, novamente usando a imprensa e as mídias em geral.

Sæculum: Entre o mestrado e o doutorado, eis que aparece uma discussão sobre a História da América, que também vai dar suporte à sua trajetória acadêmica e à sua atuação política na Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas – ANPHLAC, já há algum tempo. Como a senhora pontua essa guinada para discutir a História da América? [JB]

Maria Helena Capelato: Retomando a minha trajetória acadêmica depois da volta ao Brasil, precisava definir minha vida profissional: dei aula em algumas faculdades particulares, experiência muito importante, porque foi onde descobri minha vocação como professora. Lecionei História Ibérica e História da América na FAI (Faculdades Associadas do Ipiranga), e na Fundação Vale Paraibana de Ensino, História Medieval e Métodos e Técnicas de Pesquisa em História.

Em 1983, fui contratada pela Faculdade de Educação da UNICAMP, no Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação. Foi uma experiência incrível, muito boa. Era um Departamento pequeno e com professores de diferentes áreas, ou seja, era interdisciplinar. O contato com meus colegas de outras áreas foi muito importante para completar minha formação e muito contribuiu para o aprofundamento da análise que desenvolvi na pesquisa de doutorado.

Voltando para a minha trajetória em História da América, recuo ao período em que morava na França. Nesse período, Maria Lígia, minha amiga de sempre, foi contratada – nessa época não existia concurso – para ministrar História da América na Universidade de São Paulo. Essa contratação causou impacto, porque durante a graduação, tanto eu como Maria Lígia, detestávamos História da América, pois os professores eram fracos – isso aí pode gravar mesmo (risos) –, e o Catedrático da área, Prof. Manoel Nunes Dias, era salazarista e amigo dos coronéis no auge da ditadura militar. Ele era, também, chefe de Departamento e, anos mais tarde, acabou sendo Diretor da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP). Fez um estrago na ECA, quase acabou com o curso!

Nos tempos do regime militar, ministrar a disciplina de História da América, foi, para a Maria Lígia, um desafio incrível, até porque todos os seus colegas dessa área eram muito conservadores – e nós, desde o período da graduação, éramos bastante críticas à ditadura e tínhamos vínculos com movimentos de esquerda. O “dono” da disciplina, – imaginem vocês! –, terminado o curso que ele ministrava, fazia uma entrevista com os alunos a partir da qual definia quem poderia passar e quem seria reprovado! Ou seja, a entrevista era puramente ideológica! Dividia os alunos em grupos, entre dez e doze alunos e fazia, para cada um(a) de nós, perguntas capciosas: “Qual é o seu líder preferido?”; “Qual é o livro que você gosta de ler?”. Uma colega, militante muito conhecida, como já sabia que seria reprovada, respondeu que seu líder preferido era Arafat e assim consagrou sua reprovação.

Em suma, a História da América era muito marcada pelo viés conservador dos professores, e os alunos faziam manifestações contra eles. Por ironia do destino, anos depois, Maria Lígia Prado foi contratada, justamente, para a área de História da América: teve que aprender os conteúdos dessa História da América com a qual nunca tivemos contato na graduação e, naquela época, nem bibliografia era encontrada no Brasil.

Quando eu já estava ministrando aulas na UNICAMP há dois anos, começaram os concursos de ingressos para professores na USP. No Departamento de História, em 1983, foi aberto um concurso para a História da América. Vários colegas insistiam para que eu me apresentasse: vivi um momento de dúvida atroz. Fiquei muito indecisa, mas acabei prestando o concurso e fui aprovada. Naquela época não existia o regime de dedicação exclusiva e éramos contratados a título precário. Como me sentia muito bem e segura na UNICAMP, não tinha coragem de abandonar o Departamento: durante dois anos acumulei UNICAMP e USP. Foi um esforço muito grande porque trabalhava em dobro e tinha, no conjunto, um salário menor do que receberia em tempo integral numa das duas instituições.

Mas a partir do momento em que comecei a dar aula de História da América, comecei a gostar muito das descobertas que ia fazendo de uma história, para mim, totalmente desconhecida. E também descobri meu interesse pela História Política.

Entrar na História da América Independente pela via da História Política é algo muito instigante.

É importante lembrar que foi Maria Lígia quem despertou o interesse pela História da América entre nós. Além de ministrar aulas, criou um grupo de estudos envolvendo alunos de graduação, que acabaram fazendo mestrado e doutorado nessa área, orientados pela mestra: hoje, a maioria deles leciona em universidades públicas e forma novos pesquisadores nesta área. Participei desse grupo e logo abracei a “causa”, seguindo na trilha desbravada pela minha parceira de tantos anos.

História da América, nessa época, era considerada uma área carente, tanto quanto História Antiga e Medieval. Carente porque a batalha para conseguir financiamento para pesquisa junto à CAPES era muito difícil.

Foi uma batalha muito grande para conseguirmos consolidar a área.

Em 1993 ocorreu um Congresso em Mariana, organizado por um professor da Universidade Federal de Ouro Preto, com a participação de um grupo de historiadores de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outros estados, para discutir o lugar da História da América na historiografia brasileira. O encontro resultou na criação da ANPHLAC, nossa Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas. O nome inicial era Associação Nacional de Pesquisadores de História Latino-Americana e Caribenha, mas com a introdução de pesquisadores que se dedicavam à História dos EUA e do Canadá, o nome mudou para História das Américas, embora a sigla tenha continuado a mesma.

A Associação, no início, era muito pequena, até porque muitos daqueles que participaram da fundação da ANPHLAC ministravam aulas de História da América, mas não faziam pesquisa na área, como era o caso do Prof. Ronaldo Vainfas e outros colegas da Universidade Federal Fluminense. Aos poucos, foram sendo formados pesquisadores que realizaram mestrado e doutorado com tema de História da América Latina. Eles foram fazendo concursos em outras universidades e criando novos grupos de estudo nessa área. Na maioria dos casos, sobre História da América Independente.

Eu mesma comecei tardiamente a realizar pesquisas e orientar teses nesse campo. Foi a partir do doutorado que dei início à pesquisa que resultou no livro *Multidões em Cena: Propaganda Política no varguismo e peronismo* (São Paulo: 2.ed., UNESP, 2009). Nesse momento, já estava bastante envolvida com a história da América Latina, mas não tinha publicado nenhuma obra de fôlego.

Sæculum: Em que ano isso aconteceu? [TB]

Maria Helena Capelato: A pesquisa que resultou no livro foi apresentada como tese de Livre Docência em 1997. Ou seja, há 20 anos. A partir dessa data passei a me dedicar inteiramente à pesquisa e orientação de trabalhos sobre temas da América Latina.

Nossa Associação está hoje consolidada. Os Congressos que ocorrem a cada dois anos demonstram a progressiva ampliação do número de pesquisadores de diferentes regiões do país. O último encontro aconteceu no Mato Grosso do Sul. A ANPHLAC abriga professores/pesquisadores de vários estados do país. Muitos estudantes foram formados em São Paulo (USP, UNICAMP, UNESP), Rio de Janeiro (UFF, PUC,

UFRJ, UERJ), Rio Grande do Sul (UFRGS, Unisinos), Paraná (UEM, UEL), Minas Gerais (UFMG), Espírito Santo (UFES), Goiás (UFG), Mato Grosso do Sul (UFMS). Os pesquisadores dessas universidades estão formando novos quadros que tendem a se dirigir para outras regiões do país.

Com relação a esse breve quadro de professores/ pesquisadores ligados à História das Américas, peço licença para fazer uma observação provocadora: nas regiões Norte e Nordeste registramos uma carência de quadros nessa área. Mas um dia a ANPHLAC chega aí! Precisamos fortalecer o estudo das Américas nessas regiões onde são produzidos trabalhos de pesquisa notáveis em outras áreas.

A criação da ANPHLAC se beneficiou de um momento muito favorável para o florescimento de pesquisas relacionadas à América Latina. Foi nessa época que se formou o MERCOSUL, tendo como objetivo a integração dos países da região em todos os campos, inclusive no que se referia ao ensino. Cabe lembrar que, com a criação desse Mercado Comum, foi proposto um *curriculum* de história comum a todos os países que pertenciam ao Bloco.

Em São Paulo, o governador André Franco Montoro prestigiou o MERCOSUL: logo após sua criação, foi implantado o *Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina* – PROLAM, na USP. E, para estimular atividades culturais, foi criado, ainda em São Paulo, o Memorial da América Latina.

Sæculum: Observamos que nos últimos vinte, trinta anos, houve uma ampliação quantitativa e qualitativa dos centros de formação de historiadores, em um quadro bastante distinto do que nós tínhamos em momentos anteriores. E a História da América sempre foi uma área relativamente marginalizada nesse conjunto da historiografia brasileira. A senhora diria que o volume de teses e dissertações em História da América é significativo hoje? [TB]

Maria Helena Capelato: Com certeza, sim. Muitos trabalhos são publicados, é uma área nova que foi pouco estudada e atualmente desperta bastante interesse. Muitas teses e dissertações já foram publicadas. Atualmente, temos uma revista *online* e também têm sido realizadas publicações na categoria *e-book*, que publica artigos agrupados por temas. A área de História da América Independente tem muito mais publicações do que a de América Colonial, que ainda precisa se fortalecer. O mesmo ocorre com América pré-colombiana, que tem despertado bastante interesse, mas, ainda, pouca produção.

O grande desafio que os latino-americanistas sempre enfrentaram está relacionado ao acesso às fontes que exigem financiamento para fazer pesquisa no exterior. Muitos têm se dedicado à história do Cone Sul, região mais próxima e de fácil acesso. No entanto, mesmo havendo proximidade, a história do Paraguai, só recentemente, tem despertado interesse dos historiadores brasileiros. Aspectos da história do México e, mais recentemente, da Colômbia, também têm sido objetos de estudo dos brasileiros e os contatos entre os historiadores desses países têm sido muito profícuos. Cuba e Nicarágua, regiões nas quais ocorreram revoluções e viveu-se experiências de regimes socialistas, chamaram a atenção não só de historiadores, mas também de sociólogos e cientistas políticos. Nestes casos, os pesquisadores sempre enfrentaram dificuldades de acesso às fontes.

No entanto, em todos os países da América Latina esse é um problema comum em maior ou menor grau. Quando realizei minha pesquisa de livre-docência que resultou no livro *Multidões em Cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo*, ocorreu um verdadeiro milagre: nessa ocasião, ou seja, na década de 1980, recebi um financiamento do CNPQ para fazer uma pesquisa na Argentina. A princípio, o meu objetivo era realizar um estudo comparado sobre a ideologia autoritária que deu sustentação aos regimes de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón. Mas, quando cheguei na Argentina, em 1989, estava ocorrendo a campanha eleitoral do candidato peronista Carlos Menem para a Presidência da República. Muito me surpreendeu o teor “primário” da campanha: em barraquinhas espalhadas por Buenos Aires, estava à disposição da população, um material de propaganda inusitado. Por exemplo, um dos objetos distribuídos aos transeuntes era um relógio com a cara do Perón. E Menem se dizia a reencarnação do Perón! Identificava-se também com o caudilho Facundo Quiroga (da época de Rosas), que era da região de La Rioja, região de origem do candidato Menem. Grande impacto causava a capa de uma revista de grande circulação na qual estava estampada uma foto de Menem montado em um cavalo no alto de uma montanha da região: Menem recuperava a memória do caudilho! O revisionismo histórico realizado por vários autores na Argentina mostra como Quiroga foi reabilitado ao longo do regime peronista. Essa propaganda muito me impactou.

Quando voltei ao Brasil, decidi realizar uma pesquisa comparativa sobre a propaganda política no peronismo e no varguismo. Quando já havia definido a pesquisa, qual não foi a minha surpresa ao me dar conta de que Fernando Collor de Mello, candidato à Presidência do Brasil, tomava como modelo a propaganda do Menem? Fiquei abalada ao constatar que Collor de Mello era o nosso Menem! Referia-se aos “descamisados”, palavra-chave do vocabulário peronista.

Sæculum: Professora, para os jovens pesquisadores ou os jovens graduandos que terão acesso à sua entrevista, é importante sublinharmos aqui as “reinvenções” que se colocam em sua trajetória. A senhora se vinculou à História da América não por escolha prévia, mas por carência de profissionais da área na universidade. A partir do envolvimento com a História da América, recompõe seu objeto e fonte de pesquisa, a imprensa, e incorpora em seu novo estudo as diversas formas de propaganda política. Além disso, enfrentou outros desafios, ou seja, dedicar-se à História Comparada e à História do Tempo Presente, duas perspectivas metodológicas que, recentemente, haviam sido incorporadas ao campo historiográfico. [JB]

Maria Helena Capelato: De fato, foram dois grandes desafios que, a meu ver, valeram a pena. Ao me dedicar à História da América, logo me dei conta da importância da comparação. Esse exercício metodológico permite analisar aspectos comuns e específicos das realidades nacionais o que, do ponto de vista da historiografia, é muito rico, mas também desperta maior interesse do leitor de nacionalidades distintas.

Atualmente, os estudos sobre História das Américas ampliaram os horizontes metodológicos, ou seja, para além da História Comparada, passaram a se dedicar à circulação de ideias, às histórias conectadas, e às histórias transnacionais. Tais

metodologias e conceitos estão sendo aplicados por muitos historiadores das Américas recentemente.

Porém, mudando de assunto, mas respondendo à questão, gostaria de expor os motivos que me levaram a escolher o tema da Conferência de Abertura do *XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB*. Cabe chamar atenção para as escolhas que fazemos em nossa profissão de historiador: acredito que elas estão relacionadas às nossas experiências de vida e às circunstâncias nas quais estamos inseridos no momento presente.

Ao optar pela “história do tempo presente”, num primeiro momento, me dediquei ao estudo do varguismo e do peronismo, ou seja, um tempo presente, porém remoto na minha lembrança. Alguns estudantes me procuraram, nessa época, com a proposta de realizar pesquisa sobre as ditaduras na América Latina e me recusei por razões emocionais: os traumas desse passado ainda eram muito recentes. Mas, anos depois, já no século XXI, decidi encarar esse passado.

Sæculum: E em meio às suas reinvenções, na sua trajetória, persiste o elemento imprensa como fonte e/ ou objeto. [RB]

Maria Helena Capelato: É verdade. A imprensa continua me atraindo como fonte e como objeto de pesquisa. Mas a minha opção por analisar os jornais da “grande imprensa” no período das ditaduras foi um desafio muito maior do que estudá-los nos anos 1930-45. Porém cabe alertar aos novos pesquisadores que se interessam pelo tema que a ousadia de realizar uma análise crítica sobre os jornais tem resposta: seus proprietários e redatores não gostam dos resultados.

Menciono um exemplo: por ocasião do cinquentenário da chamada *Revolução Constitucionalista de 1932*, escrevi um livro de divulgação para a coleção “Tudo é História” (Editora Brasiliense). Optei por realizar a pesquisa a partir das posições dos jornais da “grande imprensa” de São Paulo, procurando mostrar a forte participação dos proprietários dos jornais na organização da guerra e o amplo uso dos periódicos na convocação de voluntários para a luta. A recepção do texto não foi positiva da parte da mídia. Durante as comemorações dos 50 anos do episódio, fui convidada para dar entrevista sobre o tema tanto em emissora de rádio como na televisão e, nos dois casos, houve cancelamento dos convites. Os jornalistas, muito constrangidos diziam: “professora, a gente sente muito, mas a entrevista não foi permitida” (risos). Em suma, mais uma vez, estava na lista negra da mídia e, nesta ocasião, não só dos donos dos jornais, mas também pelos de emissoras de rádio, porque havia mostrado a grande importância que tiveram no Movimento de 1932.

Sæculum: Porque, na medida em que você revela as ideologias das elites contidas na imprensa de grande circulação, você opta por uma análise crítica. Afinal, a História só se faz, de forma ética, numa perspectiva crítica... [RB]

Maria Helena Capelato: A pergunta é muito importante, porém mais abrangente. Analisar um tema, tanto a partir de uma perspectiva crítica, como simpática aos agentes do passado, exige muita cautela, porque, embora tenhamos consciência que o pesquisador não é um indivíduo completamente isento, ou seja, a

objetividade tem limites, não se pode admitir que ele emita opiniões sem comprovação das fontes. Esse é um grande desafio, sobretudo para os que se dedicam à história do tempo presente, que, embora se oriente por procedimentos teóricos e metodológicos, não pode deixar de se preocupar com a objetividade ao analisar seus dados empíricos.

Publiquei um capítulo de livro sobre “História do tempo presente” usando a imprensa como fonte, no qual expus os riscos que corremos num trabalho dessa natureza e sugeri caminhos para evitar os “tropeços” possíveis a partir de juízos de valor. O texto, intitulado “Imprensa como fonte para a História do Tempo Presente”, foi publicado pela FGV, em 2014, no livro *História do Tempo Presente*, organizado por Marieta de Moraes Ferreira e Lucília Neves Delgado.

Sæculum: A senhora se referiu à importância da História Comparada para os que se dedicam à pesquisa na área de História da América. No caso do Brasil, país historicamente conhecido por dar as costas para o restante da América Latina e pelo fato dos brasileiros dificilmente se identificarem como latino-americanos, a comparação é, de fato, uma opção muito válida para estimular o conhecimento da história dos países vizinhos. No entanto, se podemos reconhecer que houve um crescimento na quantidade e na qualidade das pesquisas sobre a História da América entre nós, o mesmo não se pode dizer sobre seu ensino na Educação Básica. Neste caso, o professor poderia se valer da História Comparada como estratégia de ensino? Que conselho a senhora daria para o jovem pesquisador que gostaria de ingressar nessa difícil seara da História Comparada, que requer um amplo domínio de bibliografia e acesso a fontes? [TB]

Maria Helena Capelato: A pergunta envolve duas coisas bem distintas: o ensino da história para crianças e jovens e pesquisa histórica. Quanto ao ensino, o professor pode recorrer aos trabalhos que já foram publicados nessa área, mas também se valer de livros didáticos que se referem à história de países latino-americanos. São poucos, mas já existe um começo; além disso, nos dias atuais, o professor pode se valer de outros recursos pedagógicos para motivar os estudantes a conhecerem a história das Américas. De fato, não é fácil, contudo é muito atraente.

A pesquisa das fontes é sempre problemática e muitas vezes temos que contar com a sorte, como foi o meu caso na busca de material para estudar a propaganda peronista. Nos dias atuais, as fontes estão organizadas em arquivos de fácil acesso, mas na década de 1980, não havia documentação disponível. Por uma sorte do destino, encontrei, por acaso, uma professora cuja família tinha tido uma participação importante nos regimes peronistas e, em sua casa, havia uma quantidade imensa de documentos que colocou à minha disposição. No imóvel ao lado, havia uma fotocopadora e foi nesse local que consegui toda a minha documentação. Veja como historiador corre riscos?

Sæculum: Foi um golpe de sorte, você encontrar um arquivo privado importante... [RB]

E disponível! [JB]

Maria Helena Capelato: Exatamente, e graças à boa vontade de uma pessoa. Nos dias atuais há muitos recursos, mas não dispensa a sondagem prévia em relação à disponibilidade da documentação. Na verdade, exceto história do Brasil, em qualquer outro tipo de pesquisa que se queira realizar (Antiga, Medieval etc.), as viagens são indispensáveis. E mais: muito contribuem para a formação do jovem pesquisador.

Saeculum: Vamos voltar um pouco à questão da imprensa. Você teve um olhar de pesquisadora sobre a imprensa paulista, a “grande imprensa” liberal paulista. Você indica diferenças significativas desses grupos liberais, entre um jornal e outro? [RB]

Maria Helena Capelato: A escolha da imprensa como objeto e/ou fonte para a realização de uma pesquisa histórica exige uma metodologia específica que, nos dias de hoje, já tem parâmetros estabelecidos. Em primeiro lugar, cabe levar em conta que se trata de um trabalho interdisciplinar, ou seja, dialoga com outra área do conhecimento, no caso, o jornalismo. A interlocução com essa vertente da comunicação é indispensável e, de início, já se coloca a seguinte pergunta: o que é um jornal? A resposta, por sua vez, suscita outra questão: que tipo de jornal? Há uma multiplicidade de jornais com características distintas, como jornais da “imprensa nanica” e jornais da “grande imprensa”. Cabe, portanto, definir a priori a natureza da imprensa e suas características principais (formato/ diagramação, número de páginas, periodicidade, proprietários) e levar em conta sua história (ano de fundação, mudanças ao longo da sua trajetória, término da publicação, público leitor, anunciantes etc.).

No meu trabalho sobre imprensa priorizei os jornais da “grande imprensa” paulista, dentre outros *O Estado de S. Paulo*, que teve início no final do século XIX e persiste até os dias de hoje, sempre pertencente a uma mesma família. Caracteriza-se, sobretudo, por suas posições político-ideológicas e pela constante intervenção na vida política do país. Foi criado com finalidade de colaborar na propaganda republicana, logo se transformou numa empresa jornalística e sempre se destacou pela intervenção no jogo político partidário.

Os jornais dessa natureza se definem, ao mesmo tempo, como intérpretes e formadores de opinião pública. Eles têm uma característica muito peculiar. Trata-se, ao mesmo tempo, de uma empresa pública e privada que produz uma mercadoria muito especial: o jornal.

Ao longo do século XX, foram sendo criados jornais dessa mesma natureza. *Folha de S. Paulo*, *Diários Associados*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*. Esse último se transformou no maior conglomerado de mídia do Brasil. Todos eles apoiaram o golpe de 1964. Alguns participaram na articulação do movimento que tinha como objetivo derrubar o governo reformista de Jango Goulart; anos depois, acabaram sendo perseguidos pelos militares que se consolidaram no poder e nele permaneceram ao longo de 20 anos.

Mas cabe lembrar que esses mesmos jornais tiveram papel importante no golpe político que resultou no suicídio de Getúlio Vargas em 1954. A crise política desse período foi muito impressionante e conhecer os desdobramentos dessa conjuntura nos ajuda a entender melhor o golpe de 1964.

Sæculum: O grande personagem desse violento combate contra Vargas foi exatamente um jornalista, Carlos Lacerda, que à época era deputado federal pela UDN. No período que antecede a morte de Vargas, Lacerda transformou seu jornal *Tribuna da Imprensa* em palanque político. [TB]

Maria Helena Capelato: Exatamente, Carlos Lacerda foi o grande ator do golpe contra Vargas e, em 1964, foi um dos artífices do golpe. Na condição de governador da Guanabara, tinha pretensões de chegar à Presidência da República. O seu jornal *Tribuna da Imprensa* carregava nas tintas, sobretudo nas manchetes que causam grande impacto no público leitor.

A propósito da intervenção política dos jornais da grande imprensa, cabe mencionar um artigo do sociólogo Francisco Weffort, no qual comentou: “Jornais não são partidos! Mas como se parecem às vezes!”.

Sæculum: Nas redes sociais, está sendo recorrente retomar essas manchetes, num esforço de discussão em torno do peso da imprensa no processo político que estamos vivendo, ou seja, o processo de impedimento da Presidenta Dilma Rousseff. [JB]

Maria Helena Capelato: Ah, sim... Tenho ficado abalada com a violência verbal que se expressa através das redes. Diante dessa guerra de palavras que expressam agressões mútuas, me vem à memória a tese de um orientando – Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos – defendida no ano passado, na qual retrata um cenário similar ao que presenciamos atualmente. A tese mostra como, na década de 1950, o governo Vargas foi torpedeado pela imprensa. Os jornais da “grande imprensa” fizeram uma campanha feroz contra o governante recheada de imagens degradantes expressas, sobretudo, a partir de caricaturas que desqualificavam tanto Vargas como seu Ministro do Trabalho, João Goulart. A campanha atual contra Lula lembra a que foi feita contra Jango, considerado herdeiro político de Vargas. Na verdade, Jango era muito visado porque tinha uma relação estreita com os trabalhadores. Na condição de Ministro do Trabalho, tinha contato com as lideranças sindicais que o apoiavam, o que era inaceitável por parte das elites conservadoras: ele era considerado perigoso! Naquele período foi tão ou mais atacado do que Getúlio e as acusações contra ele atingiram o ápice quando foi anunciado o aumento de 100% do salário mínimo. A notícia foi uma bomba!

O clima estava muito tenso e o termômetro que media a temperatura da política subia cada vez mais e explodiu quando veio a público a notícia do suicídio de Vargas. Esse acontecimento maior da história política do Brasil teve grande impacto e muitos desdobramentos. Não tenho dúvidas de que Getúlio Vargas é o personagem mais importante da História do Brasil.

Sæculum: Considerando que a morte dele foi uma morte política... [RB]

Maria Helena Capelato: Com certeza. Ele era um político muito sagaz.

Sæculum: O episódio adiou o golpe por pelo menos dez anos... [TB]

Maria Helena Capelato: A situação era muito perigosa. As acusações que aparecem na “grande imprensa” contra Jango, sobretudo as feitas por Carlos Lacerda, foram fundamentais para acirrar os ânimos. Jango já era considerado perigoso por propor reformas. A “grande imprensa”, em 1954, já fazia referências acusatórias em relação às suas propostas de reforma agrária, já existentes à época. Efetivamente, ele era um reformista. Quando teve as eleições de 1956, nas quais saiu vitorioso Juscelino Kubitschek, aconteceu algo violentíssimo. A UDN fez de tudo para dar o golpe, porque o resultado eleitoral não lhe agradou. Naquela época, o voto para presidente e vice-presidente era desvinculado. O grande problema não era Juscelino, e, sim, Jango como vice-presidente, porque já viam nele um grande inimigo das classes proprietárias. Consideravam-no ameaçador para os grandes proprietários de terra e para os grandes empresários. Após as eleições, foram várias tentativas de golpe. E aí o que é que acontece? Em 1960 acontece a eleição de Jânio Quadros como presidente pela UDN, uma figura que aparece de repente, um pouco o Collor da época. Perto de Jango, quem era o Jânio? O Jango, eleito novamente como vice-presidente pelo PTB, continuava a ser um perigo. De novo, fizeram uma tentativa de golpe, mas que não deu certo etc. E as Forças Armadas sempre ali presentes, mas divididas. Com o fato imprevisível da renúncia do Jânio, a coisa pegou fogo. Se consultarmos os jornais da época, fica evidente a importância política da imprensa: ela retrata muito bem o clima da época.

Sæculum: E como agente da política também, não é? [TB]

Maria Helena Capelato: Com certeza. Seus representantes atuam nos bastidores. Em 1964, Ruy Mesquita, proprietário de *O Estado de São Paulo*, deu um depoimento sobre os encontros que o grupo de *OESP* teve com militares e civis para preparar o golpe.

Sæculum: Alguns analistas do meio jornalístico entendem que, depois do advento da internet, existe, em todo o mundo, certo declínio do poder de circulação da imprensa nos padrões do século XX. Essa crise estaria atingindo, sobretudo, a imprensa escrita, mas com efeitos também sobre os meios televisivos, especialmente os canais abertos. Vários jornais estão passando por risco... [TB]

Maria Helena Capelato: É... *O Estadão* está numa situação “quebra, não quebra”...

Sæculum: Segundo alguns analistas, a decadência comercial dessas mídias estaria sendo contornada pela tomada de posições políticas mais radicalizadas, atendendo a nichos cativos de leitores bem conservadores, alinhados com projetos editoriais de jornais e revistas que se expressam cada vez mais de forma violenta. Pensando nas questões do tempo presente e, mesmo, de história imediata, é possível observar certa continuidade na linha editorial e política dessa grande imprensa ao longo do século XX? Uma continuidade em que se verifica um alinhamento político liberal-conservador, de ativa propaganda política, apesar de seus discursos de neutralidade e

imparcialidade? Afinal, essa mesma imprensa que assume notórias posições, em especial em momentos-chave da política brasileira, sempre tenta se desvincular de suas responsabilidades posteriormente. No caso da ditadura, por exemplo, em suas memórias, esquecem as intensas campanhas contra Jango e o total apoio ao golpe. Manipulam essas memórias no presente, para fazer usos políticos diversos e justificar qualquer tentativa de discussão sobre formas democráticas de regulação da mídia. Em sua opinião, é possível caracterizar o perfil político geral da grande imprensa brasileira como um perfil liberal-conservador e antitrabalhista, ao longo do século XX e início do século XXI? [TB]

Maria Helena Capelato: A continuidade é evidente. Mas não se pode esquecer que a história é feita de continuidades e mudanças. O que se nota claramente são os “usos políticos” do passado. O termo populismo, por exemplo, surgiu como um conceito teórico e não definia uma ação praticada por algum político. Nos últimos tempos, a palavra “populista”, derivada do conceito populismo, transformou-se num adjetivo pejorativo para comparar, negativamente, políticos do passado com os do presente. Muito se repete a palavra, mas afinal o que significa ser “populista”? No sentido pejorativo, “populista” é o governante que engana o povo e cativa seus adeptos a partir de palavras pomposas e promessas vãs.

Através desse artifício de linguagem, Getúlio Vargas é retratado como um demagogo. Desaparece da memória a política trabalhista que implantou no Brasil que, mesmo passível de críticas, garantiu direitos sociais aos trabalhadores. Em suma, sua política social é deturpada por interesses políticos das elites conservadoras que deixam entrever certa nostalgia do passado escravocrata. As campanhas contra Lula, um trabalhador que chegou à Presidência da República, são ainda mais radicais e deixam evidente um preconceito de classe muito forte na sociedade brasileira.

As nossas elites conservadoras, das quais fazem parte os proprietários de mídias e seus representantes, não aceitam qualquer tipo de política social que possibilite um mínimo de redistribuição de renda na sociedade. Lula é o “anti-herói” do Brasil. No entanto, sua popularidade é inquestionável e ultrapassou as fronteiras do Brasil. As crises de 2015/16 e as de 1954 e de 1964 têm algo em comum: trazem à tona as contradições da sociedade brasileira. E mostram também que a “Casa Grande e a Senzala” formam um par que continua presente no imaginário de grande parte dos brasileiros “patriotas” que escondem seus preconceitos através das vestimentas verde-amarelas.

Sæculum: Para muitos, foi inaugurado no século XXI, especialmente na América Latina, uma nova modalidade de golpe jurídico-parlamentar, que teria sido executada em 2009 em Honduras, e em 2012 no Paraguai. Nesta perspectiva, estaríamos vivendo mais um desses novos golpes no Brasil neste momento, em 2016. Um golpe que seria executado com a manipulação das regras constitucionais, mas que produz uma crise institucional e uma instabilidade política para a implementação de uma agenda liberal-conservadora. Tendo em vista sua trajetória de pesquisa sobre imprensa, a participação das mídias neste processo de combate a governos identificados como populistas, como a senhora avalia este momento atual? [TB]

Maria Helena Capelato: Considero importante pensar a realidade brasileira atual fazendo um paralelo com o que está acontecendo em outros países da América Latina. Há alguns anos, habitantes de países da região que se libertaram de ditaduras viveram um período de relativo otimismo devido à ascensão ao poder de governantes que demonstravam preocupação com a democracia e com as questões sociais.

Com o fim das ditaduras, ficou evidente a situação extremamente precária dos países que viveram sob o jugo dos militares. As medidas econômicas, muitas delas baseada no modelo neoliberal, resultaram em diminuição drástica de investimento nas áreas da Educação e da Saúde e tornaram extrema a concentração de renda. O Ministro da Fazenda da ditadura brasileira, Antônio Delfim Neto, lançou o lema “Primeiro vamos fazer crescer o bolo para depois dividir”. E essa divisão nunca aconteceu, nem na ditadura, nem nos anos subsequentes. No caso da Argentina, especialmente, o colapso econômico do país foi de tal ordem que não se recuperou economicamente até os dias de hoje. Além disso, os argentinos convivem com as marcas de memória da extrema violência ocorrida no período.

Na virada do século XX para o XXI, governantes de alguns países da região, aproveitando a oportunidade de condições econômicas favoráveis, se dispuseram a implantar políticas que beneficiaram populações de baixa renda. Porém, quando a crise despontou no horizonte, teve início o retrocesso dessas políticas, que veio acompanhado de uma guinada ultraconservadora sinalizando ameaças à sustentação das democracias. Mas as possibilidades de golpes militares nos dias de hoje são improváveis porque a imagem dos militares ficou muito desgastada a partir dos processos de redemocratização.

Sæculum: E o papel da “grande imprensa”, ou melhor, das mídias em geral, com relação à política nos dias de hoje? [RB]

Maria Helena Capelato: Cabe lembrar que os grandes jornais, emissoras de rádio de televisão se caracterizam, acima de tudo, como empresas que produzem uma mercadoria muito particular, mas que gera lucro. Ou seja, os interesses desses proprietários coincidem com o dos empresários de quaisquer outras categorias.

Sæculum: No caso do Brasil, ainda se tem, com relação às mídias, o agravante no que se refere ao caráter monopolista do sistema de propriedade cruzada, que os representantes dos profissionais dessas empresas, os jornalistas, vêm combatendo há muito tempo, pedindo uma reforma desse marco regulatório, o que até agora não se conseguiu... [RB]

Maria Helena Capelato: Não conseguem pela oposição dos proprietários dos meios de comunicação com apoio de outros setores das classes dominantes e de representantes do poder político. Os objetivos são similares e por esse motivo os profissionais da área não conseguem mudar as regras. A quem interessaria essa mudança?

Sæculum: Na verdade, muitas vezes não há sequer uma distinção entre pessoa jurídica ou física. Há uma sobreposição da pessoa física à jurídica. Ou seja, exemplo

hipotético: o proprietário de um latifúndio é o prefeito da cidade e tem uma rádio... [RB]

Maria Helena Capelato: Exatamente. A mescla entre o público e o privado no Brasil é um dos traços mais fortes da nossa cultura política desde os primórdios da nacionalidade.

Sæculum: E é interessante que, em diferentes circunstâncias, há um debate intenso sobre os gastos de campanha com publicidade em todas as instâncias: municipal, estadual e federal. [JB]

Maria Helena Capelato: É importante lembrar que na época da ditadura houve um *boom* das empresas publicitárias no Brasil. Incrível! E os anúncios tinham uma qualidade inigualável: delas se encarregavam profissionais de alto nível que ganhavam altos salários. Na área de publicidade corria muito dinheiro...

Sæculum: Professora, sobre sua trajetória como estudante da escola básica, a senhora nos dizia: “tive um professor monarquista”; no ensino superior, “eu tive um professor salazarista”. E hoje a gente discute um projeto autointitulado “Escola Sem Partido”. Vamos entrar nesta discussão? [JB]

Maria Helena Capelato: Esta é uma questão muito séria. Estamos todos nos sentindo muito ameaçados.

Sæculum: Já que vamos seguir por aí, gostaria de fazer um *link*, aproveitando seus dois últimos comentários sobre a “grande imprensa” e a conjuntura atual. A senhora se referiu ao fato de que várias portas lhe foram fechadas por seu trabalho crítico à “grande imprensa”. Foi o caso do *Estadão*, que sempre foi um jornal bastante conservador, envolvido no golpe de 1964, entre outros episódios graves. Recentemente, um dos integrantes da família proprietária desse jornal foi flagrado durante as manifestações a favor da derrubada do governo Dilma portando um cartaz que a qualificava como bolivarianista – que, aliás, é outro termo usado aleatoriamente, com um viés “demonizante”, para estabelecer uma relação entre governos sul-americanos mais ou menos vinculados ao atendimento de demandas populares. A questão é a seguinte: enquanto a senhora teve várias portas fechadas nas mídias, em contrapartida, vários historiadores, muitos deles professores universitários, estão diariamente na imprensa, contratados como comentaristas de notícias políticas. Recentemente, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, o geógrafo Demétrio Magnoli acusou os integrantes do movimento “Historiadores pela Democracia” de totalitários, porque estariam tentando se apropriar de uma única forma de interpretação da história, enquanto ele, obviamente, não admite ser taxado de golpista... Enfim, como a senhora avalia essa inserção de historiadores na “grande imprensa”? Por outro lado, como os historiadores são vistos pela “grande imprensa”? Afinal, acho que também tem a ver também com o estereótipo do historiador comunista, dogmático, que os movimentos “Escola sem Partido” e “Mídia sem

Máscara” – dois braços do mesmo corpo – tentam “fazer colar” essa imagem no conjunto da sociedade. [TB]

Maria Helena Capelato: Felizmente, alguns desses historiadores/comunicadores que assumem posições conservadoras radicais são raros. Os que eu conheço mais de perto têm uma trajetória semelhante: movimentaram-se da esquerda radical, na juventude, para a direita radical, na maturidade. Infelizmente, esse tipo de atitude acirra os ânimos num momento tão delicado que estamos vivendo neste país, no qual foi criado e muito cultivado, o mito de “Brasil cordial”.

Sæculum: E aí eu tenho uma pergunta que vai no sentido do que vocês estão comentando. Enquanto Associação Nacional de História (ANPUH), enquanto historiadores engajados numa entidade que tem também um papel educacional, político, acadêmico, formativo, você não acha que, neste momento, um papel fundamental para as seções regionais e para a nacional seria o de encampar uma aproximação mais forte com suas bases nos diversos níveis de ensino? [RB]

Maria Helena Capelato: Não tenho a menor dúvida. Considero que este é um papel muito importante da ANPUH, ou seja, ir muito além das questões acadêmicas e da política universitária. Ela, a meu ver, deve atuar como um canal de interlocução, não só com os associados, mas com os profissionais ligados à área de educação, com os educadores, em geral, que têm um compromisso com a formação de crianças e jovens para o exercício da cidadania. Cabe aos historiadores, representados pela ANPUH, batalhar pela manutenção da sociedade democrática.

Quando assumimos a Diretoria da ANPUH, em meados de 2015, logo de início, nos sentimos compelidos a nos manifestar sobre um episódio no qual um professor de escola pública estava sendo perseguido por policiais da região, porque haviam recebido uma denúncia segundo a qual ele teria apresentado aos alunos um texto de Michel Foucault. Logo a seguir, recebemos mensagens de muitos associados solicitando posicionamento da Associação sobre a primeira versão da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Após a realização de uma ampla reunião com representantes das seções regionais, produzimos um documento crítico em relação ao texto e acabamos sendo acusados de ter sido responsáveis pela demissão da coordenação dos trabalhos. Logo a seguir, tivemos que assumir uma posição crítica em relação ao projeto de Lei proposto pelos líderes do movimento “Escola sem Partido”, uma total aberração antidemocrática.

Sæculum: A Paraíba foi um dos primeiros estados onde um PL do movimento autointitulado “Escola sem Partido” foi aprovado. Houve um caso anterior, numa cidade do Paraná e outro aqui na Paraíba, no município de Picuí, no início de 2015. Na ocasião, nós, da ANPUH-PB, nos reportamos à ANPUH-Brasil, porque não queríamos agir de modo isolado e inconsequente, a fim de evitar colocar “gasolina na fogueira”. De lá para cá, tivemos várias conquistas no Brasil inteiro. Em João Pessoa, por exemplo, o PL foi arquivado logo na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Vereadores. Mas os riscos persistem e outros vários PL estão aí para serem avaliados em municípios, em estados e no âmbito federal, fora os que, embora

derrotados, ainda podem ser reapresentados. Contra isso, há articulação para enfrentar essa árdua batalha, como a Frente Nacional Escola Sem Mordança e suas ramificações nos estados, como a Frente Paraibana, a ser formada daqui a pouco dias. Como a ANPUH Brasil tem se organizado junto a outras entidades para poder fazer frente a isso numa dimensão nacional? Afinal, suas implicações recaem sobre todas as áreas do conhecimento, não apenas sobre a História. [TB]

Maria Helena Capelato: Esta é uma questão que já discutimos e pretendemos tomar providências drásticas. A ideia é entrar em contato com professores de universidades de todos os estados, solicitando que realizem campanhas denunciando o movimento como antidemocrático. Em São Paulo, realizaremos, junto com a ANPUH-SP, um grande encontro para debater o tema e dar publicidade dos resultados desse evento através das mídias da Associação. Este será o início de uma campanha bem mais ampla com o objetivo de angariar adeptos para essa luta contra os PL da “Escola sem Partido”.

Sæculum: O Departamento de História da UFPB já fez sua manifestação. [RB]

Maria Helena Capelato: Acho muito importante, também, que procuremos nos conectar com as Associações das outras áreas.

Sæculum: Eu acho que todas as áreas podem ser acionadas, porque esse projeto de lei ataca o caráter científico do conhecimento. [RB]

Sim, ele não afeta só as ciências humanas... [TB]

Todas as áreas do conhecimento, porque, se o PL for aprovado, conteúdos de muitas áreas perderão espaço no que se refere à cientificidade frente a perspectivas dogmáticas! [RB]

Maria Helena Capelato: Justamente por esse motivo insisto que a luta contra o “Escola sem Partido” seja encampada por todos os profissionais das diferentes áreas.

Sæculum: E a senhora também foi representante da área de História na CAPES, certo? Como a senhora vê a área de História na CAPES? [TB]

Maria Helena Capelato: A nossa área continua brigando pelas avaliações positivas que, na verdade, representam bolsas para os programas e financiamento para muitas outras atividades. Lutamos sempre pela manutenção de verbas na área de Humanidades, fazendo frente a uma tendência mundial de privilegiar a pesquisa na área das exatas, ou, melhor dizendo, contribuir para o desenvolvimento da ciência voltada para a tecnologia e, conseqüentemente, a produção para o mercado.

Sæculum: Professora Maria Helena, em sua opinião, qual o papel do historiador brasileiro neste século XXI, diante desta conjuntura política, diante de tudo isso que a gente discutiu, diante dessa virada autoritária, conservadora? Qual seria o nosso papel como historiadores brasileiros nessa conjuntura do século XXI? [RB]

Maria Helena Capelato: Considero que não só o historiador, mas os profissionais que trabalham na área de Educação – hoje e sempre – têm um papel importante na sociedade em que vivem. No nosso caso, o ensino da História, tanto no nível fundamental como no médio, visa não apenas transmitir o conhecimento do passado – o passado em si mesmo não tem sentido –, mas ensinar a “pensar com a história”, pensar sobre o passado para melhor compreender o presente. O historiador é responsável pela formação do espírito crítico nos alunos em diferentes níveis, o que significa também prepará-los para o exercício da cidadania e respeitar os valores fundamentais que permitem a convivência entre os humanos.

O exemplo que dei quando fiz referência à minha perplexidade ao conhecer os detalhes da crise de 1954, que culminou no suicídio de Vargas, serve para mostrar como tomar conhecimento desse passado, não tão distante, nos ajuda a compreender a crise política que estamos vivendo no presente.

E a ANPUH tem o dever de estimular debates sobre questões atuais para que possamos nos posicionar com maior clareza sobre o desenrolar dos acontecimentos, sobretudo no que se refere às questões de ensino e pesquisa. A Associação foi criada para garantir, sempre, as melhores condições de trabalho para os historiadores. Mas como somos, antes de tudo, educadores, temos o dever de reagir contra os desmandos do poder em qualquer nível.

Não cabe à Associação se manifestar a partir de posições político partidárias. Nesse terreno, o nosso limite é a defesa da cidadania e a luta pelo respeito à democracia. A crise é profunda e cabe a nós voltar para o passado com os olhos fixos no presente e no futuro.

Sæculum: Estamos no “olho do furacão”. [RB]

Maria Helena Capelato: Sim, estamos no “olho do furacão”, mas de olhos bem abertos (risos).

Sæculum: Então, a gente queria agradecer muito a entrevista que você gentilmente nos concedeu. Pedir desculpas pelo nosso excesso de questões, extrapolamos nosso padrão, inclusive (risos)... Mas a entrevista foi fluindo... E a conjuntura também contribuiu. [RB]

Maria Helena Capelato: Foi um prazer compartilhar com vocês minhas preocupações com os problemas que enfrentamos na atualidade, não só no Brasil, mas também no resto do mundo.

